



VII sapis  
II elapis

CULTURAS E BIODIVERSIDADE:  
O PRESENTE QUE TEMOS E O FUTURO QUE QUEREMOS

seminário brasileiro sobre áreas protegidas e inclusão social  
encontro latino americano sobre áreas protegidas e inclusão social

3 a 6 de novembro de 2015  
Centro de Cultura e Eventos UFSC | Florianópolis | Brasil

## MOÇÃO DO EVENTO PARALELO *LITORAL DE OUTRAS BRISAS*

### **Proponentes:**

*Participantes do Evento Paralelo Litoral de Outras Brisas, parte da Programação Oficial do VII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIs e II Encontro Latino Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social - ELAPIS*

### **Destinatários:**

*Fundação do Meio Ambiente/SC - FATMA*

*Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio*

*Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA*

*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*

*Secretaria do Patrimônio da União - SPU*

*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA*

*Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM*

*Fundação Nacional do Índio – FUNAI*

*Fundação Cultural Palmares*

*As pessoas reunidas no seminário “Litoral de Outras Brisas”, evento dentro da programação de eventos paralelos do VII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social-SAPIS, realizado no dia 05 de novembro de 2015, no Auditório do Centro de Ciências da Educação, no campus de Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, com um debate conduzido junto com a plateia presente:*

*Primeiro, consideradas as falas dos palestrantes e debatedores, Alexandre Waltrick Rates/FATMA, Daniel Guimarães Bolsonaro Penteado/ICMBio, Eunice Antunes/Cacica da aldeia Guarani Morro dos Cavalos, Maria Aparecida Ferreira/Representante da pesca artesanal de Ibiraguera e integrante da CONFREM, Raquel Mombelli/Antropóloga da UFSC, Rode Anélia Martins/Advogada e presidente da Comissão de Meio Ambiente/OAB-SC, Shirlen Vidal de Oliveira/Quilombo Vidal*

*Martins, Thais Luzia Colaço/GPAJU/CCJ-UFSC, que mencionaram a dificuldade de conciliar desenvolvimento e preservação, quase uma utopia, mas que o desafio precisa ser enfrentado, especialmente o planejamento e a integração dos órgãos, bem como mediante a participação da sociedade,*

*Segundo, considerados casos concretos mencionados, que mostram ausência de diálogo junto ao poder público e prejuízos às populações tradicionais, como o projeto de ferrovia na terra indígena do Morro dos Cavalos e a construção da BR-101 que corta o mesmo espaço, terra essa cuja defesa tem trazido ameaças, que relatam conflitos de sobreposição com UCs e restrição de direitos de comunidades tradicionais como o quilombo de São Roque e os PARNAS de Aparados da Serra e Serra Geral, como o quilombo Vidal Martins e o Parque Estadual do Rio Vermelho, como construções ao redor da lagoa e o esgoto nela lançado por estação de tratamento da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (conforme identifica, inclusive, relatório antropológico/UFSC),*

*Terceiro, considerados os históricos de vida dos comunitários, com relatos que resgatam a importância de respeito à natureza e às relações humanas,*

*Quarto, considerada a necessidade de maior debate social que busque medidas menos impactantes à natureza e às comunidades tradicionais, bem como o fato de que o poder econômico muitas vezes se impõe dentro e fora dos órgãos públicos, também nas comunidades tradicionais,*

*Quinto, considerada a necessidade de criar espaços e formas de participação que privilegiam práticas de democracia, as quais devem considerar o fato de as comunidades tradicionais terem uma forma própria de se organizar, de se reunir, de se comunicar, que nem sempre coincide com as rotinas e procedimentos seguidos pelos órgãos, nisso incluindo a dificuldade de acesso, às vezes até por falta de disponibilização na prática, dos estudos dos empreendimentos,*

*Sexto, consideradas as conclusões da Carta do Seminário do Ministério Público Federal, em Belo Horizonte-MG, em 16 de outubro de 2015, sobre “Convergências entre a Garantia de Direitos Fundamentais e a Conservação Ambiental”, fundamentadas essencialmente na efetiva garantia dos direitos das comunidades tradicionais, também as que se encontram em unidades de conservação, e*

*Sétimo, considerada a necessidade de existir segurança jurídica das comunidades tradicionais no licenciamento e na gestão das UCs.*

Os presentes propõem:

1. A criação de um grupo de comunitários tradicionais para analisar os empreendimentos junto com os órgãos;
2. A aplicação dos dispositivos jurídicos, como a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho, que, dentre outras coisas, reconhece o direito à autodeterminação e o direito à consulta prévia sobre instalação de empreendimentos e sobre criação de unidades de conservação, bem como a aplicação do decreto federal n. 4.887/2003;

3. A análise técnica do licenciamento, nas UCs, em conjunto com os conselhos gestores;
4. O envolvimento das comunidades tradicionais, com seus valores e com sua organização, devendo os órgãos promover a participação efetivamente democrática no processo de licenciamento;
5. A participação das comunidades tradicionais na fase de consulta, mas também nos demais momentos do licenciamento, como na instalação e na operação do empreendimento, com especial acesso aos monitoramentos ambientais;
6. A participação das comunidades tradicionais na elaboração de planos de manejo e nos conselhos das unidades de conservação, devendo-se rever o plano de manejo e a formação do conselho se isso não ocorre;
7. A garantia de acesso aos estudos e documentos ambientais sobre empreendimentos e unidades de conservação, com meios adequados;
8. A necessidade de prever o acesso à terra das comunidades tradicionais;
9. A importância do envolvimento do INCRA, do IPHAN, da SPU, da FATMA e do ICMBio no diálogo com as comunidades tradicionais;
10. A necessidade de o quilombo Vidal Martins participar do Conselho do Parque do Rio Vermelho;
11. Uma reunião das comunidades tradicionais no litoral catarinense, como os indígenas, os quilombolas, os pescadores artesanais, a fim de organizar seus interesses e sua representação de forma conjunta.

**Contato:** [apa.anhatomirim@icmbio.gov.br](mailto:apa.anhatomirim@icmbio.gov.br)